Ulysses tenta assumir comando do PMDB na Constituinte

ALEXANDRE POLESI
Repóter da Sucursal de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães obteve ontem apoio praticamente unânime à tese do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, num almoço com dezessete coordenadores de bancada do PMDB, e na prática assumiu, com apoio deles, o comando do partido no Congresso constituinte. A reunião representou o maior golpe sofrido até hoje pelo líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, e selou o acordo entre Ulysses e o "Centro Democrático", o grupo de "moderados" do PMDB.

"Foi uma reunião histórica", disse, sorridente, o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), coordenador da bancada cearense na Constituinte, líder do "Centro Democrático" e, até há quinze dias, adversário de Ulysses. A reunião lançou as bases para o partido buscar seu "pensamento médio" dentro da Constituinte, num trabalho "que será coordenado pelo dr. Ulysses", acrescentou o líder do partido na Câmara, Luiz Henrique (SC).

Participaram do almoço na casa de Ulysses em Brasília, o governador do Rio Grande do Sul Pedro Simon, o deputado Luiz Henrique e dezessete coordenadores de bancada (faltaram oito coordenadores), a maioria deles do "Centro Democrático". Para a esquerda do partido a reunião "foi melancólica", admitiu o deputado Maurílio Ferreira Lima, coordenador da bancada do PMDB de Pernambuco. "A reunião foi para empurrar os cinco anos para dentro do partido", disse.

Convenção será adiada, afirma Luiz Henrique

Da Sucursal de Brasília

"A convenção é caso encerrado, é consensual que ela será adiada". Foi desta forma que o líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Luiz Henrique (SC) definiu ontem a posição da liderança peemedebista quanto à Convenção Nacional do partido marcada para os dias 13 e 14 de junho.

Depois de participar do almoço de ontem com Ulysses Guimarães e a maioria dos coordenadores de bancada do PMDB, Luiz Henrique disse que a convenção sequer foi discutida na reunião. Hoje, apenas o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP) ainda insiste em manter a convenção em junho.

No almoço, houve duas decisões. Primeiro, sobre o mandato presidencial e, segundo, sobre a atuação do PMDB na Constituinte. Ulysses Guimarães abriu a reunião fazendo "um apelo" em favor de cinco anos para Sarney. Alinhou três argumentos: primeiro, o presidente "deseja" cinco anos; segundo, a eleição em 1988 (portanto, quatro anos) iria "municipalizar" o pleito, pois coincidiria com as eleições às prefeituras; terceiro, eleições em 1988 precipitaria o lançamento de candidaturas este ano, "atropelando" os trabalhos da Constituinte.

Ulysses obteve, então, apoio de todos os coordenadores, do governador Pedro Simon e de Luiz Henrique. Apenas Maurílio Ferreira Lima foi contra. Ulysses defendeu a descoincidência das eleições citando um caso pessoal. Em 1956, ele era candidato a deputado pelo PSD e a eleição presidencial coincidia com a eleição para prefeitos. Em Penápolis, no interior de São Paulo, contou Ulysses, o candidato do PSD, Juscelino Kubitschek foi impedido de fazer um comício porque o prefeito, que também era do PSD, havia feito um acordo com a UDN.

O segundo tema da reunião foi aquilo que o deputado Expedito Machado chamou de "tentativa de juntar os cacos do partido". Impressionado com a votação dos relatórios das subcomissões da Constituinte, no início da semana, em que a bancada se dividiu entre "esquerdistas" e "conservadores", Ulysses Guimarães tomou a iniciativa de "reconciliar" o partido, como disse o deputado Marcos Lima (MG), coordenador da bancada mineira e outro líder do "Centro Democrático".

Na prática, esta reconciliação representa um golpe no senador Mário Covas. Os coordenadores, ontem, concordaram que Ulysses passará a comandar diretamente o processo de "triagem" das teses do partido, em busca do "pensamento médio" do PMDB. Ulysses já tem em suas mãos todos os relatórios das subcomissões da Constituinte. Em novas reuniões com os coordenadores e com outros líderes do partido, Ulysses tentará obter consenso interno para os pontos polêmicos e garantir que o partido vote em bloco nas comissões da Constituinte.

Neste processo, Ulysses atropela Covas, pois o trabalho do líder da Constituinte é exatamente o mesmo. "Não diria que Covas foi destituído, mas o dr. Ulysses adquiriu uma nova consistência, uma nova dimensão" —afirmou Expedito Machado. O objetivo central será desencadear um processo de negociação interna no PMDB para que o partido faça valer sua maioria na Constituinte. "Um texto revolucionário não vai sair, nem um texto conservador", disse Machado.

Segundo o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) o partido poderá chegar a consenso em vários pontos.

Outros itens são o mandato de segurança coletiva, a iniciativa popular na apresentação de projetos de lei e a exigência de que nenhuma votação importante no Congresso, que possa causar grave "impacto social ou ambiental", seja aprovada sem plebiscito popular. O Defensor do Povo, por seu projeto, terá a funçao de zelar pelo cumprimento da Constituição e proteger o indivíduo contra a ação ou omissão do Estado, e criticar os atos do governo. A proposta de que a futura Constituição fosse submetida a referendo nacional foi rejeitada.

Lula Marques

O deputado Expedito Machado (PMDB-BA) conversa com o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães

Soberania e Direitos do Homem

Senador critica inclusão do conceito de soberania

Da Sucursal de Brasília

O senador João Menezes (PFL-PA), da Comissão de Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, criticou a inclusão do conceito de soberania popular no relatório da Subcomissão dos Direitos Coletivos. Para ele, a soberania não deveria estar no relatório dessa subcomissão, mas no texto da Subcomissão de Soberania. Esta tese foi contestada pelo deputado João Paulo Pires Vasconcelos (PT-MG), que defendeu ainda a inclusão na nova Constituição da proposta da Subcomissão dos Direitos Coletivos e dos Direitos Políticos da garantia de anistia ampla e irrestrita.

Menezes criticou também o que chamou de "demagogia", o artigo que propõe a garantia constitucional ao transporte, aos serviços de saúde, ao saneamento e outros serviços públicos. Nisto também foi contestado por Vasconcelos, que defendeu o artigo, afirmando que a garantia constitucional "não significa a oferta grátis destes serviços". Para o petista, com isso se poderia impedir que o Estado invista em "obras faraônicas" em detrimento dos serviços básicos. A reunião começou às 17h e terminou às 19h, tempo ocupado principalmente por Pires e Menezes.

Um grupo de militares cassados acompanhou os debates. O coronel do Exército Carlos Alcides e o sargento da Aeronáutica João Ferreira declararam que existem mais de 150 militares ainda não anistiados no Brasil. O artigo 11 do anteprojeto da Subcomissão da Soberania, segundo o qual o tratado internacional revoga a lei, foi criticado pelo deputado Costa Ferreira (PFL-MA). Ele disse que alguns tratados internacinais em vigor no momento (não citou quais) são contra "o interesse nacional" e devem ser revogados pelo Congresso Nacional.

Organização Eleitoral

Reunião foi consumida pela leitura de parecer

Da Sucursal de Brasília

A reunião de ontem da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições foi consumida basicamente pela leitura do parecer do deputado Nelton Friederich (PMDB-PR), que, entre outras medidas, institui o Defensor do Povo e o "controle popular" sobre a futura Constituição.

Friederich foi o relator da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas. A reunião de ontem da comissão era para ter sido realizada de manhã, com a participação do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte. Por falta de quórum, foi adiada para 15h30.

O relatório de Friederich permite que um número de dez mil cidadãos tenha o direito de arguir a inconstitucionalidade de artigos da futura Constituição. O "controle popular", pela sua proposta, será possível pelo mecanismo que permite que as Assembléias Legislativas possam apresentar emendas à nova Carta, com exigência de que a emenda votada pelo Congresso seja novamente referendada por dois terços das assembléias estaduais e, depois, por referendo popular.

Sistema de Governo

Na quarta, será votada destituição de relatores

Da Sucursal de Brasília

Ficou para a próxima quarta-feira a decisão da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo sobre o recurso, apresentado pelo PDS com o apoio do PFL, que ameaça de destituição quatro relatores "progressistas" do PMDB que tiveram suas propostas rejeitadas durante a votação do anteprojeto final de suas respectivas subcomissões. Os relatores ameaçados são os deputados Oswaldo Lima Filho (PE), da Subcomissão da Política Agrícola e Reforma Agrária, Cristina Tavares (PE), de Ciência e Tecnologia, Fernando Gasparian (SP), de Finanças, e Virgidásio de Senna (BA), de Princípios Gerais, Intervenção do Estado e da Atividade Econômica.

O próprio presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, delegou à comissão a decisão final sobre o assunto. Embora o ato tenha um caráter consultivo, Ulysses se comprometeu a fazer cumprir o resultado. A reunião realizada ontem não alcançou o quórum necessário para votação. Para o PDS, aqueles relatores não trabalhariam a favor dos anteprojetos na Comissão de Sistematização —a qual compete elaborar o anteprojeto da nova Constituição—, por discordarem de seu teor "conservador".

Uma das primeiras emendas ao anteprojeto da Subcomissão do Poder Executivo —que faz parte da Comissão do Sistema de Governo— foi proposta ontem pelo seu relator, senador José Fogaça (PMDB—RS). Ele quer que os ministros militares também fiquem sujeitos às de moções de desconfiança do Congresso no sistema semiparlamentarista que propôs, e, portanto, demitidos como todo o gabinete, no sistema semiparlamentarista que propôs.

Organização do Estado

Richa diz que não tem opinião sobre novos Estados

Da Sucursal de Brasília

O relator da Comissão da Organização do Estado, senador José Richa (PMDB—PR), disse ontem que ainda não tem posição sobre a proposta de eleição direta de um governador para o Distrito Federal.

Cauteloso, o senador evitou dar opinião sobre a matéria, assim como também não adiantou se concorda ou não com a criação de seis novos Estados e a transformação dos territórios do Amapá e Roraima em Estados.

A Comissão reniu-se ontem pela segunda vez para debater as propostas elaboradas pelas subcomissões dos Municípios e Regiões, dos Estados e da União, Distrito Federal e Territórios. Ainda não é possível prever se serão aprovadas as questões polêmicas como a do Distrito Federal e dos novos Estados.

Custos

Como a estimativa inicial aponta um custo de Cz$ 780 milhões para a viabilização, os novos Estados devem reduzir-se, no máximo, aos territórios criados pela divisão dos Estados de Minas Gerais (Triângulo Mineiro) e Pará (Tapajós).

Santa Catarina

Está prevista, além das já existentes, a proposta do Estado do Iguaçu (Santa Catarina), ontem já foi apresentada emenda pelo deputado Humberto Souto (PFL-MG) criando o Estado do São Francisco (na margem oeste do Rio São Francisco).

Ordem Econômica

Funcionários da Petrobrás querem monopólio

Os funcionários da Petrobrás deverão iniciar um movimento de âmbito nacional, nos próximos dez dias, para pressionar a Comissão da Ordem econômica do Congresso constituinte no sentido de manter o monopólio estatal na pesquisa, lavra e refino do petróleo. Essa informação foi prestada pelo deputado Hélio Duque (PMDB-PR), salientando que "não existe, hoje, nada mais impatriótico do que o fim do monopólio, estabelecido na Subcomissão dos Princípios Gerais. A Petrobrás é um símbolo nacional".

Ontem à tarde, a Comissão da Ordem Econômica não teve quórum para se reunir. Mesmo assim, seu presidente, deputado José Lins (PFL-CE), distribuiu uma pauta de trabalhos, constando nova reunião, hoje, às 10h e 17h, para discussão dos pareceres das três subcomissões: além da referente aos Princípios Gerais, as da Questão Urbana e Transportes e da Política Agrícola.

Segundo o deputado Hélio Duque, houve um "enfoque equivocado" da parte dos constituintes do grupo conservador, que eliminaram o monopólio estatal do refino do petróleo. "Esse é o filé mignon da área e o monopólio deve englobar ainda a exploração do gás natural, que é a alternativa do futuro em termos energéticos", disse o constituinte paranaense.

Na sua opinião, o PDS e o PFL demonstraram coerência ao aprovarem o fim do monopólio. Porém, garantiu estar "perplexo" com o fato de oito parlamentares do PMDB votarem da mesma forma. "São uns paraquedistas, que apenas usaram o nosso partido para se elegerem. Não consigo entender como o senador Albano Franco, que é o presidente da Confederação Nacional da Indústria, vota contra os interesses do empresariado nacional. Este é o país de Kafka", argumentou Duque.

Ordem Social

Estabilidade no emprego recebe críticas

Da Sucursal de Brasília

Antes mesmo de começar a votação do relatório da Comissão da Ordem Social, o relatório da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores está sendo criticado, principalmente pela proposta de garantia constitucional à estabilidade no emprego desde a contratação do empregado e pelo favorecimento dos militares em detrimento dos servidores civis.

A proposta de garantia constitucional à estabilidade no emprego desde a contratação do empregado —considerada uma vitória dos "sindicalistas" na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores— já recebeu críticas até dos "progressistas" do PMDB. O deputado Rui Nedel (RS), por exemplo, disse que a estabilidade não pode ser garantida senão a partir de um ano. O deputado Luiz Ponte (RS) da Comissão de Ordem Econômica —e também presidente da Confederação Nacional das Empresas de Construção Civil—, foi ontem à reunião da Comissão de Ordem Social para afirmar que "esta estabilidade provocará a maior recessão da história do país". Dos dezesseis oradores participantes da primeira discussão, nove falaram sobre a "estabilidade".

Ontem à tarde, cerca de vinte membros da União Nacional dos Auditores Fiscais ocuparam as galerias do plenário da subcomissão para protestar contra o item 13 do artigo 11, que diminui as gratificações dos servidores públicos em 50% da remuneração. O artigo 20 garante aos militares a plenitude de suas vantagens e gratificações salariais. O parágrafo 5º do artigo 20 assegura ainda aos militares que a aposentadoria será revista "sempre que houver alteração do poder aquisitivo da moeda". Aos aposentados civis, somente quando forem revistas as remunerações dos ativos.

Família, Educação e Cultura

Para relator, haverá consenso quanto a concessões

Da Sucursal de Brasília

O sistema de concessão de canais de rádio e TV e a reserva de mercado são os dois assuntos polêmicos a serem discutidos hoje pela Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Segundo o relator da comissão, deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), deverá haver, pelo menos, um consenso: o fim da competência do Poder Executivo de decidir sozinho sobre a concessão de canais o que, segundo ele, favorece a existência de uma "capitania hereditária nas comunicações". Távora defende que a concessão seja feita sob a fiscalização do Legislativo e com sua aprovação.

Para o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) a tendência "conservadora" é predominante na comissão, o que representa uma ameaça a algumas posições avançadas contidas nos relatórios. Os "progressistas", segundo ele, devem realizar um trabalho de "corpo-a-corpo" para convencer os "indefinidos".

A segunda reunião da comissão ontem começou com uma hora de atraso, às 18h, com a presença de quatorze constituintes, devido à dificuldade de se formar o quorum mínimo. O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), presidente da comissão, acha que as divergências em relação ao parecer do senador João Calmon, sobre educação, cultura e esportes, discutido ontem, deverão ser apresentadas através de emendas. A vinculação de recursos à educação, proposta por Calmon, deverá ser mantida. A subcomissão da educação aprovou índices iniciais de 18% do orçamento da União e 25% dos Estados e Municípios para aplicação na área de educação.

Segundo Távola, um levantamento de todas vinculações de recursos a diversas áreas propostas pelas subcomissões aponta um comprometimento de 145% do orçamento da União.

Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Restrições aos bancos estrangeiros não serão mantidas

Da Sucursal de Brasília

As restrições às atividades dos bancos estrangeiros, no Brasil, da maneira como foram aprovadas no anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, não deverão ser mantidas no relatório final na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. A maioria de seus membros entende que, se os países credores praticarem a reciprocidade, impedindo a atuação dos bancos brasileiros no exterior, haverá mais prejuízo para o país, sem contar as dificuldades que surgirão na negociação dos compromissos externos.

Relatório

Ontem à tarde, a Comissão se reuniu rapidamente, para deliberar sobre questões internas. A próxima reunião foi marcada para segunda-feira, às 10 horas, para discussão dos relatórios das três subcomissões, mas já existe uma divergência clara entre os deputados Fernando Gasparian e José Serra (ambos do PMDB de São Paulo) em torno das propostas finais para o sistema financeiro.

Serra apresentará o seu relatório no dia 8. Ele comentou que terá "muito trabalho" nos próximos dias, para examinar a grande quantidade de emendas que deverão ser apresentadas ou reapresentadas.

"Imagine só: 26 constituintes do PMDB queriam ir para a Subcomissão do Sistema Tributário. Só foram onze. Agora, várias idéias de emendas voltarão a ser discutidas, o que é natural. Mas vou relatar algo que obviamente representará a média do pensamento da comissão", disse Serra.

INFORME PUBLICITÁRIO

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES DENTISTAS

REPUDIA ACUSAÇÕES EM REPORTAGEM DA REVISTA VEJA

A Diretoria da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas, entendendo que a publicação na Revista "VEJA EM SÃO PAULO", edição de 18 a 24 de maio, tenta denegrir a Odontologia, criando uma imagem distorcida do dentista, nivelando-o a maus profissionais, que usam indevida e desonestamente sua profissão para auferir lucros, vem de público repudiar aquela matéria, por entender que profissionais de saúde, como o dentista e o médico, estão sujeito ao controle do seu exercício profissional, através de Conselhos que fiscalizam sua atuação, punindo-os quando de práticas antiéticas, como na reportagem.

A Diretoria da APCD informa aos associados que, através da Comissão de Defesa da Classe, dirigiu-se ao CROSP, APM e CREMESP, no sentido de que estas entidades tomem, de forma conjunta, as providências que o caso exige.

Prof. Dr. Reynaldo Todescan
Presidente

Lula diz que tem mais chances do que Ulysses

Da Sucursal do Rio

O presidetne nacional do PT, deputado federal Luis Inacio Lula da Silva (SP), 41, disse ontem no Rio, às 18h, que seu partido já decidiu lançar candidato próprio à Presidência e admitiu concorrer: "Não me sinto menor nem menos capaz do que qualquer dos outros pretendentes", disse, afirmando que as pesquisas lhe dão 10% das preferências, "mais do que Ulysses, que é candidato eterno". Antes de participar, à noite, na Câmara Municipal, do lançamento da campanha do PT pelas diretas, Lula disse que elas "são inevitáveis, a menos que Sarney faça um milagre econômico, mas em economia não existe milagre".

Gasparian diz que Serra quer derrubar Bresser

Da Sucursal de Brasília

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), 57, relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, disse ontem que o deputado José Serra (PMDB-SP), 45, relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, quer "derrubar" o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e rejeitar o relatório aprovado na subcomissão. "O Serra optou por ser ministro. E, para isso, ele precisa de apoio dos banqueiros. Então, ele está fazendo tudo para agradá-los", afirmou Gasparian, acrescentando: "Ele está derrubando o Bresser".

Procurado pela **Folha**, Serra disse apenas que "o Gasparian faria melhor se deixasse de lado essas intrigas e começasse a trabalhar seriamente na Constituinte".

Segundo Gasparian, Serra deve obedecer o relatório aprovado na subcomissão. Praticamente todo o relatório apresentado por Gasparian foi aprovado, com exceção do artigo que previa que os juros bancários não poderiam exceder a 12% ao ano (além da inflação). A proposta de Gasparian de limitar os juros não contou com o apoio de nenhum dos economistas do PMDB que depuseram na subcomissão: Celso Furtado, Carlos Lessa e André Franco Montoro Filho.

Gasparian disse também que "o Serra diz que vai rejeitar meu relatório, que quer manter a exigência de cargas patente para a existência dos bancos, acabar com o poder do Banco do Brasil, diz que meu projeto é estatizante. Mas o meu relatório é privatizante, atende ao programa do PMDB que quer o 'welfare state', usar o Estado para dar bem-estar social ao povo". Em seu relatório, Gasparian prevê a extinção da exigência de cartas patente e amplia as atribuições do Banco do Brasil.

Para ele, a posição de Serra favorável à manutenção da exigência de cartas patente para a abertura de agências bancárias, configura uma "reserva de mercado às avessas, uma reserva de mercado para os bancos, o que é inadmissível".